



Ao CONSELHO REG.DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - RS/
Pregão Eletrônico nº 90009/2025
Processo Eletrônico nº 2025.000005489-3
Comissão de Licitações

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E
AGRONOMIA/RS

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **B SERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **29.639.536/0001-33**, estabelecida na **Rua dos Açores, nº 1015, sala 03, Bairro Tarumã, Viamão/RS**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **Fernanda Pereira de Mattos**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **4077660753** e do CPF nº **010.437.480-24**, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, tempestivamente, por meio de seu representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, referente a Proposta Comercial da empresa **JCI SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**, sendo que tal comissão julgou e declarou a empresa vencedora do certame, com fulcro no que prescreve o inciso XVIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, pelos fundamentos expostos a seguir:

Requer-se, desde já, o recebimento do presente recurso administrativo, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

I -DA TEMPESTIVIDADE

De pronto, urge registrar a tempestividade do presente recurso administrativo, mormente porque apresentado dentro do prazo legal fixado em portal de compras governamental, porquanto de acordo com o inciso XVIII do art. 4º da Lei n. 10.520/02, com término no dia 13/06/2025.



II-DOS FATOS

Trata-se de processo licitatório instaurado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/RS, edital sob o número 90009/2025, modalidade Pregão em sua forma eletrônica.

Aberta a sessão no dia 30/05/2025, realizadas as fases de aceitação de propostas e lances, a empresa **JCI SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA** restou declarada vencedora. Diante do exposto, registrada a intenção de recurso e acatada referida manifestação, a empresa **B SERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, ora Recorrente, vem apresentar suas alegações para ao final pleitear pela desclassificação e inabilitação da empresa **JCI SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**, de agora em diante denominada de Recorrida.

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Com base nisso, devem os processos licitatórios na modalidade pregão eletrônico obedecer às regras dispostas na lei específica relacionada a esta modalidade de licitação, bem como as dispostas na lei geral de licitações.

No tocante ao exposto, importa observar o que preleciona o art. 5º da citada Lei:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os **princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade**, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, **da transparência, da eficácia**, da segregação de funções, **da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (grifamos)



Inferre-se pelo teor do dispositivo acima relacionado, que a licitação na modalidade pregão está condicionada aos princípios básicos da legalidade, da igualdade da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, os quais devem sempre primar pela segurança na contratação.

Inconformada com a decisão de tal comissão admitiu tal empresa classificada, já que estava em desconformidade com a legislação trabalhista em relação a sua proposta, a empresa **B SERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA** alega que houve o seguinte vício que impossibilitam a habilitação da empresa em tal certame, como segue:

III. REFORMA DA DECISAO ADMINSTRATIVA

III.1 - CALCULO DE GRAU DE INSALUBRIDADE ERRADA

A empresa declarada vencedora cotou em sua planilha de formação de preços o grau de insalubridade de 40%, sobre o salario proporcional de 40 horas ou 200 horas, conforme visto:

32.768/2013, alterado pelo Decreto 33.424/2017

MONTANTE A			
I	Remuneração - Grupo I	%	Valor Mensal/unidade de serviço (R\$)
1	Salário	62,5000%	1.503,25
2	Adicional Periculosidade 30% (Ver súmulas 364, 132 e 191 do TST)	0,0000%	0,00
3	Adicional Insalubridade 10% (Ver súmula 228 e 139 TST)	0,0000%	0,00
4	Adicional Insalubridade 20% (Ver súmula 228 e 139 TST)	0,0000%	0,00
5	Adicional Insalubridade 40% (Ver súmula 228 e 139 TST)	25,0000%	601,30
6	Adicional de Supervisor (N 05/2017 MPDGS/STJ)	12,5000%	300,65
7	Feriatos	0,0000%	0,00
8	DSR = número total das horas extras do mês / número de dias úteis X domingos e feriatos do mês X valor da hora extra com acréscimo	0,0000%	0,00
9	Outros	0,0000%	0,00
Total de Remuneração		100,0000%	2.405,21
II	Encargos Sociais - Grupo II: Obrigações Sociais	%	Valor Mensal/unidade de

MONTANTE A

I	Remuneração - Grupo I	%	Valor Mensal/unidade de serviço (R\$)
1	Salário	71,4286%	1.503,25
2	Adicional Periculosidade 30% (Ver súmulas 364, 132 e 191 do TST)	0,0000%	0,00
3	Adicional Insalubridade 10% (Ver súmula 228 e 139 TST)	0,0000%	0,00
4	Adicional Insalubridade 20% (Ver súmula 228 e 139 TST)	0,0000%	0,00
5	Adicional Insalubridade 40% (Ver súmula 228 e 139 TST)	28,5714%	601,30
6	Adicional de Supervisor (N 05/2017 MPDGS/STJ)	0,0000%	0,00
7	Feriatos	0,0000%	0,00
8	DSR = número total das horas extras do mês / número de dias úteis X domingos e feriatos do mês X valor da hora extra com acréscimo	0,0000%	0,00
9	Outros	0,0000%	0,00
Total de Remuneração		100,0000%	2.104,56
II	Encargos Sociais - Grupo II: Obrigações Sociais	%	Valor Mensal/unidade de



Tanto na planilha da limpeza/líder quanto na da limpeza a empresa cotou 40% de insalubridade sobre o proporcional da carga horaria do profissional o qual seria de 40 ou 200 horas/mensais.

Mas a CCT 2025 prediz que o calculo de insalubridade de 40% deve ser aplicado sobre o SALARIO NORMATIVO o qual seria sobre as 220 horas mensais ou 44 horas semanais conforme se ve:

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INSALUBRIDADE

As empresas da categoria econômica passarão a pagar, a partir de 01-01-2025, adicional de insalubridade:

a) em grau máximo (quarenta por cento) para:

- os(as) trabalhadores que exerçam as funções/atividades de Aplicador de bactericida e Desinsetizador, Aplicador de inseticida e produtos agrotóxicos/domissanitários, auxiliar de limpeza técnica em indústria automotiva, higienização técnica de materiais hospitalares, auxiliares terceirizados de lavanderias de hospitais (CBO nº5163-45), preparador de materiais (CBO nº7842-05), Cuidador/Monitor de alunos PcD e Sepultador;
- os(as) trabalhadores que limpem/higienizem instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e na respectiva coleta de lixo, entendendo-se por "instalações sanitárias de uso público" aquelas em que o acesso independe da autorização do titular do estabelecimento e é livre ao público em geral, e entendendo-se por "instalações sanitárias de grande circulação" aquelas utilizadas por mais de vinte pessoas ao dia;

b) em grau médio (vinte por cento) para:

- os(as) trabalhadores que exerçam as funções/atividades de Copeira, Cozinheira, Auxiliar de Cozinha, Merendeira de Escola/Creche, Monitor de creche e albergue infantil, Auxiliar de creche e albergue infantil, Faxineiro/Limpador/Auxiliar de limpeza/Servente de limpeza, Zelador de edifício (CBO nº 5141-20) e Jardineiro (CBO nº 6220-10), assim como o(a) Auxiliar de serviços gerais que execute serviços de limpeza;
- os(as) trabalhadores que limpem/higienizem instalações sanitárias que não sejam de uso público ou que não sejam coletivas de grande circulação, e na respectiva coleta de lixo;

~~c) especificamente para a limpeza urbana em grau máximo (quarenta por cento) para todos os trabalhadores que exerçam funções/atividades operacionais na limpeza urbana.~~

Os adicionais previstos nesta cláusula serão calculados com base no salário normativo da respectiva função.

O pagamento deste adicional de insalubridade não desobriga as empregadoras de fornecerem para tais empregados os "Equipamentos de Proteção Individual - EPI", segundo Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

1. à observância das instruções expedidas pelo empregador através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
2. ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.



SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

<https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?nrSolicitacao=MR000166/2025>

Página 1 de 38

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

21/01/2025, 16:25

A partir de 01-01-2025, o salário normativo geral da categoria profissional passa a ser de R\$1.653,58 (um mil, seiscentos e cinquenta e três reais com cinquenta e oito centavos) para uma carga horária de 220 horas mensais e 44 horas semanais.

Ou seja, o deveria ser aplicado o grau de insalubridade de 40% sobre o salario normativo da função o qual seria de R\$ 1.653,58, o que resultaria no valor de R\$ 661,43, sendo que a planilha da empresa resultou no valor de R\$ 601,30, ou seja R\$ 60,13 a menor do que previsto em CCT, sendo que aplicaríamos todos os encargos sobre esse novo valor, chegando a um valor superior ao lance arrematado pela licitante.

A legislação é clara quanto a exigência de pagamento de 40% de grau de insalubridade a essa função sobre o salario normativo, sendo que a empresa cotou sobre o salario proporcional, afetando a TODOS os valores e/ou encargos que advém do valor base salarial, ou seja, esse aumento afetaria os valores alem da insalubridade em si, do FGTS, INSS, FÉRIAS, 13, AVISO PREVIO, IMPOSTOS e outros, majorando o valor final do empregado, não mantendo o valor vencedor proposto.

Pode-se verificar que este demonstrativo de custos (comprovação da exequibilidade através da planilha de formação de preços), segundo o item, precisa ser COMPROVADO, atendendo a **todos os custos que são necessários** durante a **execução contratual referente a 1 (um) mês.** Isso **não foi realizado regularmente.** Ao revés, o que ficou comprovado é que **de fato**, a proposta remetida apresenta preços **não comprovados** – ainda mais na formatação atual do mercado em que as empresas terão de lidar com a realidade de uma alteração de alíquota tributária. A lei é taxativa nesse sentido:



Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

(...)

§ 3º - Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

É necessário ressaltar sempre que **o TCU entende que a Planilha de Custos e Formação de Preço NÃO PODE SER PEÇA DE FICÇÃO**, devendo corresponder à estimativa mais fiel possível daquilo que a empresa terá de custos durante a execução contratual, mesmo porque *in casu*, a planilha é uma representação do ônus que detém a licitante de provar além de qualquer dúvida razoável a exequibilidade de sua proposta.

Nesse sentido: “(...) A questão é de fato, não de direito. **Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular** (...)”.¹

Há sempre de se manter em mente que a Planilha de Quantitativos e Preços Unitários é, antes de mais nada, um quadro efetivo da forma como a empresa organizou seus preços de acordo com os custos unitários que tem para cada um dos serviços e produtos a serem fornecidos.

Não se pode deixar de salientar a total integridade e conhecimento hábil de tais setores para tal habilitação da empresa, mais precisamente do que diz respeito às planilhas de composição de preços, comprovando assim a **EXEQUIBILIDADE** de tal proposta.

Outrossim, cabe reforçar e elucidar que a fragilidade de uma proposta e documentação errônea pode se configurar em uma verdadeira armadilha para o órgão licitante, em que o primeiro classificado vence o certame, atinge seus objetivos empresariais, quaisquer que sejam, fracassa na execução do objeto e rapidamente se socorre da revisão de preços.

O Tribunal de Contas da União já decidiu sobre o tema:



“Com efeito, ao admitir uma proposta com tais imperfeições, a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual de parte da empresa. Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93: (...). Chancelar uma promessa como se fosse uma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosas para os cofres públicos.

Além disso, transgride o princípio da legalidade desprezando, no caso, a realidade tributária.” (Grifo Nosso)

No mesmo sentido são as lições de Marçal Justen Filho:

“Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante. Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato.” (Grifo Nosso)



Assim, além do critério de menor preço para a classificação das propostas, a Administração deve observar as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

§ 3º - Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, **incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos**, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Assim, além do critério de menor preço para a classificação das propostas, a Administração deve observar as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

Não se pode aceitar tais valores, os quais são INEXEQUIVEIS para tal execução, deixando até mesmo a desejar em tal execução, pois não se tem margem alguma para eventuais problemas técnicos ate mesmo acompanhamento de tal.

Sabe-se também que o erário é corresponsável e solidário a tal execução podendo também responder por futuros problemas trabalhistas, pois tais custos são ilusórios para o bom andamento do contrato.

A não observância da recorrida da legislação vigente, resultando em proposta desconforme, fundada em supressão de valor obrigatórios, resultará em um serviço ineficiente e oneroso aos cofres públicos, uma vez que a Administração será subsidiariamente responsável pelo adimplemento das verbas omissas.

Desta forma, a proposta apresentada demonstra-se manifestadamente inexecuível, ou inviável, como prefere denominar o Professor Jesse Torres, ao asseverar:

“Preço inviável é aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial



ou industrial(o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegítimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de 10.09.62, que regula a repressão ao abuso do poder econômico.”

No mesmo sentido Hely Lopes Meireles, evidenciando a inexecutabilidade em situações análogas ao presente certame:

“[...] A inexecutabilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração.”

Assim como Joel de Menezes Niebuhr, ao esclarecer:

"O que importa à Administração Pública é que a licitação eo contrato lhe propiciem resultado concreto. Para tanto, é imprescindível avaliar se as propostas lançadas pelos licitantes possuem condições concretas de serem executadas (que são exequíveis). Não basta selecionar a proposta com o melhor preço ou com a melhor qualidade: é imperioso verificar-se se ela pode ser mantida, ou seja, se o licitante tem meios para adimplir a obrigação a ser assumida.”

A Administração Pública, detém obrigação constitucional de selecionar a proposta mais vantajosa, conforme critérios definidos em edital e legislação vigente, contudo, não pode se olvidar da finalidade do procedimento licitatório em obter a prestação correta dos serviços, tampouco fornecer aos cidadãos riscos a sua salubridade, decorrentes de higienização deficitária, ineficiente e precária.

Veja-se que o erário seria corresponsável pela execução do contrato, sendo que qualquer reclamação trabalhista poderá ser vinculada a este órgão por erro de cotação do grau de insalubridade.

Conforme recente Acórdão do Tribunal de Contas da União é responsabilidade do pregoeiro atentar-se sobre valores incorretos na planilha, vejamos:



A responsabilidade por pagamentos indevidos decorrentes de **erro na planilha de composição** do preço final da proposta vencedora, consistente em **valores incorretos** de encargos sociais e trabalhistas, não deve ser atribuída à autoridade que homologou a proposta, **e sim ao pregoeiro, que tem o dever de analisar de modo consistente os cálculos registrados na proposta que subsidia a contratação e de indicar de forma clara e objetiva as inconsistências que devem ser corrigidas** (TCU, Acórdão 5651/2024 – Segunda Câmara)

Tal procedimento nitidamente QUEBRA A ISONOMIA DO CERTAME, eis que favorece a uma única empresa e desfavorece outras!

O que podemos observar é que a recorrida utilizou-se de valores inferiores para obter vantagem indevida na competitividade, ferindo de morte o princípio da isonomia.

O princípio da isonomia tem como fundamento principal a proibição aos privilégios e distinções desproporcionais

Sob minha ótica entendo que o princípio geral da isonomia previsto no art. 5º da CF/88 é norma autoaplicável, assim, a aplicabilidade do princípio isonômico no caso concreto não está condicionada a regulação, consoante disposição do § 1º do art. 5º da CF/88, in verbis:

“As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.

Por todo o exposto, Sr. Pregoeiro e Autoridade Superior Competente, pode-se afirmar que todos os erros acima narrados são tidos pela doutrina e jurisprudência como erros substanciais, o qual afeta toda a planilha de custos e a proposta da licitante, o que deve culminar na sua desclassificação.

Desse modo, Sr. Pregoeiro, impossível prestigiar a planilha de custos de tal sorte viciada, que fere e macula as regras estabelecidas em lei e estampadas no instrumento convocatório, porquanto não se tratam de meros equívocos que em nada afetam o julgamento da proposta, uma vez que a correção de todos os pontos acima



indicados elevaria o preço ofertado, o que confirma que esta não teria se consagrado vencedora não fosse isso.

Ademais, as irregularidades apuradas na proposta da Recorrida não podem ser interpretadas como simples lapso material ou formal, mas como "erro substancial", ou seja, aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou alguma das qualidades a ele essenciais (art. 139, I, Código Civil).

A incorreção dos custos com a mão de obra necessária e estimada pela própria Administração Pública configura erro grave, "substancial", que torna o mesmo insuscetível de aproveitamento, defeituoso, incompleto, não produzindo os efeitos jurídicos desejados, visto que sem a sua correção não há possibilidade de auferir o correto valor da proposta.

O erro substancial provoca o efeito mais indesejado ao licitante: a desclassificação.

Uma vez ocorrido o erro substancial, mas não a sua consequência lógica, que seria a exclusão do licitante da disputa, o ato produzido estará suscetível à anulação, uma vez que restarão descumpridos princípios básicos do Direito Administrativo, tais como os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da segurança jurídica.

A licitação deve cumprir a vontade da lei, cuja finalidade é a satisfação do interesse público específico. Assim, a ausência ou o desvio de finalidade implica na segurança jurídica, pela qual os processos devem ser norteados, visando garantir estabilidades e certeza nas relações jurídicas.

Permitir que a Recorrida promova a adequação de sua proposta seria desrespeitar as regras do Direito Administrativo, que estabelece que é vedado admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem não prevista no instrumento convocatório e em lei (Art. 337-H da Lei nº 14.133/21).

Desta forma, **alternativa não resta para o Ilustre Pregoeiro e Comissão de Licitações, se não desclassificar a proposta de preços da Recorrida**, mormente a evidente existência de erros substanciais que ferem e maculam a validade da proposta.



A condição é sine qua non, não podendo a administração aceitar proposta de empresa que descumpra o disposto em edital, sob pena de mudar as regras do certame após o seu início, ferindo assim os princípios da legalidade, da igualdade, da isonomia entre os licitantes e da vinculação ao instrumento convocatório.

O instrumento convocatório é a lei interna da licitação, fazendo que, tanto a Administração, quanto todos os licitantes, fiquem adstritos ao que for nele estipulado, pois inadmissível, ilegal e incompreensível a aceitação de documentos ou propostas em desacordo com o exigido no edital

A consequência lógica do não atendimento às exigências da lei e do edital é a inapelável desclassificação da proposta comercial da Recorrida.

Assim, torna-se dever tanto do Pregoeiro, como da Autoridade Competente excluïrem qualquer privilégio, sob pena se frustrar um dos pressupostos do instituto da licitação: a possibilidade e o estímulo à leal concorrência.

No ensinamento de Carlos Ari Sundfeld, "a igualdade de tratamento entre os possíveis interessados é a espinha dorsal da licitação. É condição indispensável da existência de competição real, efetiva, concreta. Só existe disputa entre iguais; a luta entre desiguais é farsa (ou, na hipótese melhor: utopia)." (Licitação e Contrato Administrativo. Malheiros: São Paulo, 1994, p. 20).

A jurisprudência dos Tribunais é pacífica neste sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Por força do princípio da vinculação do instrumento convocatório (art. 41 da Lei n. 8.666/93), não pode a Administração deixar de cumprir as normas constantes no edital de licitação, nem o particular se absterde atender às exigências ali estabelecidas. Assim, não se verifica a ocorrência de fumus boni iuris e periculum in mora. O indeferimento da liminar fica mantido. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70056903388, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em



04/12/2013) (TJ-RS - AI: 70056903388 RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Data de Julgamento: 04/12/2013, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/12/2013) (Grifamos)

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE EM DESACORDO COM O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - SENTENÇA MANTIDA - REMESSA DESPROVIDA. "A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu" (Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002. p. 263) (TJ-SC - MS: 467517 SC 2007.046751-7, Relator: Cid Goulart, Data de Julgamento: 04/09/2009, Segunda Câmara de Direito Público, Data de Publicação: Apelação Cível em Mandado de Segurança n., de São Lourenço do Oeste) (Grifamos)

Deste modo, a medida que se espera é a desclassificação da empresa Recorrida, posto o não cumprimento das regras estabelecidas no instrumento convocatório, na legislação que rege a licitação e a clara existência de erros substanciais na proposta de preços declarada vencedora, o qual torna sua proposta inexecutável.

A priori cumpre destacar que a finalidade da licitação é a busca da proposta mais vantajosa, não sendo um fim em si mesmo, mas sim, um meio para buscar um fim, qual seja, a melhor proposta, a que cumpra todas as exigências da licitação com o menor preço.

Cumpre destacar que é PODER/DEVER da Administração Pública a exigência de documentos indispensáveis para fins de garantir a melhor contratação, visando assegurar o cumprimento do objeto licitado nos moldes exigidos e necessários, nesse compasso que o edital foi elaborado.



E no caso em exame, como se sabe, a empresa não comprovou, como disposto no edital, a aptidão mínima necessária para participar do certame, pelo contrário, trouxe ao feito licitatório indicadores contraditórios.

Enfatiza-se, consoante disposto no artigo 3º da Lei, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Não se busca o preciosismo, mas sim a necessária observância à diretriz de que a Administração exerce atividade plenamente vinculada, em obediência à estrita legalidade, fazendo apenas o que lhe é expressamente permitido - determinado no edital -, até mesmo quando lhe é conferido poder discricionário.

Nesta direção, vale trazer-se a redação do caput do art. 41 da Lei 8.666/93: "art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Sobre edital de licitação, ensina CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO: "No Direito brasileiro habitualmente designa-se por edital de licitação tanto o ato através do qual se realiza a publicidade do certame (e que a Lei 8.666 apropriadamente denomina aviso contendo o resumo do edital) quanto aquele consubstanciado no documento que fixa as condições em que se efetivará o certame[...]" "Pode-se definir o edital da seguinte forma: é o ato cujo meio a Administração faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas de eventual contrato a ser travado." "São as seguintes as funções desempenhadas pelo edital: a) dá publicidade à licitação; b) identifica o objeto licitado e delimita o universo das propostas; c) circunscreve o universo de proponentes; d) estabelece os critérios para análise e avaliação dos proponentes e propostas; e) regula atos e termos processuais do procedimento; f) fixa as



cláusulas do futuro contrato." "O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observância feliz, que é sua 'lei interna'. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41)" (Curso de direito administrativo. 28. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. p. 588/589). (Grifou-se).

Em que pese tais premissas, no caso vertente, busca a empresa ver-se privilegiada, vez que não cumpriu com o edital, como até aqui pormenorizado.

A importância da licitação para a Administração Pública e, por conseguinte, para o Direito Administrativo, manifesta-se no art. 37, XXI, da Constituição da República: XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Vê-se, pois, que é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade, verdade que busca driblar a empresa ao intentar ver-se ilegalmente habilitada.

Que o objetivo da Administração Pública em exigir tal comprovação, nada mais é do que se assegurar que atividade empresarial exercida pela Concorrente está autorizada pelo Poder Público competente.

Diante do poder de vigilância a ser exercido pelo Órgão Licitante sobre a conduta funcional do outro, necessário se faz observar o respectivo controle administrativo que deve ser desempenhado pelos órgãos da administração, tendo em vista que este controle almeja a boa destinação do dinheiro público sendo assim indispensável para



que tal objetivo seja atingido e preservando o tratamento igualitário no julgamento das propostas.

Outrossim, cabe reforçar e elucidar que a fragilidade de uma documentação e proposta errônea pode se configurar em uma verdadeira armadilha para o órgão licitante, em que o primeiro classificado vence o certame, atinge seus objetivos empresariais, quaisquer que sejam, fracassa na execução do objeto e rapidamente se socorre da revisão de preços.

O Tribunal de Contas da União já decidiu sobre o tema:

“Com efeito, ao admitir uma proposta/documentacao com tais imperfeições,a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual departe da empresa. Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65da Lei nº 8.666/93: (...). Chancelar uma promessa como se fosseuma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosas para os cofres públicos.

Além disso, transgride o princípio da legalidade desprezando, no caso, a realidade tributária.” (Grifo Nosso)

A empresa Recorrida deve ser desclassificada por descumprimento do Edital/Lei, devendo a decisão do pregoeiro ser revogada, pois mostrou-se completamente irregular, desatendendo aos princípios da licitação, não podendo prevalecer de forma alguma, haja vista que a sua decisão acabou frustrando, senão restringindo, a competitividade do certame, restando inobservada, também, a necessidade basilar de respeito aos ditames do instrumento convocatório, o que é expressamente vedado também pelo art. 3º, §1º, da Lei.



E assim, é de se chegar à lógica conclusão de que existem motivos para a tal inabilitação, inclusive, a teor de entendimentos dos mais diversificados doutrinadores que entendem estar destoante a decisão do dever-legal a que estão sub-rogados os pregoeiros, presidentes de comissões de licitações e suas respectivas equipes de apoio, relevando-se que a igualdade de tratamento entre os licitantes, aliás, é princípio inerente na licitação.

Por isso, ainda, convém referir que a Súmula 473 do STF refere com clareza que:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

IV –DO PEDIDO

Por todo exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, lembrando o próprio dever de evitar-se o ônus de eventual demanda judicial, a empresa **B SERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, requer:

- a) O recebimento e provimento do presente recurso administrativo para a INABILITAÇÃO da empresa **JCI SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**
- b) Pelo encaminhamento do presente recurso administrativo para instância superior, caso este seja julgado improcedente, o que se admite apenas como argumentação, para que então se proceda a reforma da decisão;
- c) Seja o presente recurso submetido à apreciação da autoridade superior competente em caso de indeferimento total ou parcial.
- d) Se a mesma não for deferida, buscare entidades superiores através de mandato de segurança.



Viamão, 13 de Junho de 2025.

B SERVICE
Prestadora de Serviços
CNPJ: 29.639.536/0001-33

Fernanda Pereira de Mattos
Representante da Empresa –
Sócia Proprietária
RG/CI: 4077660753
CPF: 01043748024